



Anais da Assembléia

Nº 008

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Bor-sato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Nei-vo Beraldin; PTB - 06: Ademar Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª

LEGISLATURA

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 1997

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Toti Colaço.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o nº CTL/SEEG/029/97, da Senhora Governadora em exercício, comunicando haver **VETADO PARCIALMENTE** o Projeto de Lei nº 112/95, de autoria do Deputado LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, por julgar as partes vetadas inconstitucionais. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs CTL/SEEG/030, 031, 032, 033, 034, 035, 036, 037, 038, 040, 041, 042, 043, 044, 045 e 046/97, da Senhora Governadora do Estado em exercício, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei nºs:

109/96: De autoria do Deputado EDUARDO TREVISAN, que autoriza o Poder Executivo a pavimentar, através do Programa "Caminhos da Educação", o Bairro Rural Colônia Central, no Município de Cornélio Procopio, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.686. **Anota-se. Arquivo-se.**

231/96: De autoria do Deputado RENY BORSATTO, que autoriza o Poder Executivo criar e implantar, na Cidade de Santo Antonio da Platina, uma unidade do Corpo de Bombeiros, equipada com viatura do SIATE, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.687. **Anota-se. Arquivo-se.**

235/96: De autoria do Deputado MARQUINHOS ALVES, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Odete Ribaroli Gomes de Castro, com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.688. **Anota-se. Arquivo-se.**

242/96: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a retroceder ao Município de Pato Branco, a posse do imóvel que especifica, situado na sede daquele município, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.689. **Anota-se. Arquivo-se.**

263/96: De autoria do Deputado MARQUINHOS ALVES, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual José Darcy de Carvalho, com sede e foro na Cidade de Maringá, o qual convertido

em Lei tomou o nº 11.690. **Anote-se. Arquivo-se.**

313/96: De autoria do Deputado MARQUINHOS ALVES, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Regente Feijó, com sede no Município de Doutor Camargo e foro na Comarca de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.691. **Anote-se. Arquivo-se.**

314/96: De autoria do Deputado MARQUINHOS ALVES, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Doutor Camargo e da Escola Municipal Padre Mateus Elias, com sede no Município de Doutor Camargo e foro na Comarca de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.692. **Anote-se. Arquivo-se.**

351/96: De autoria do Deputado MARQUINHOS ALVES, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres "Castro Alves", da Escola Estadual Santa Maria Goretti, com sede e foro no Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.693. **Anote-se. Arquivo-se.**

371/96: De autoria do Deputado RENY BORSATTO, que autoriza o Governo do Estado a doar o imóvel que especifica, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de Sengés, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.694. **Anote-se. Arquivo-se.**

383/96: De autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que concede o título de Cidadã Benemerita do Estado do Paraná a Senhora Elisa Checchia Noronha, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.695. **Anote-se. Arquivo-se.**

425/96: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos das Crianças Portadores de Mielomeningocele, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.696. **Anote-se. Arquivo-se.**

463/96: De autoria do Deputado EDNO GUIMARAES, que declara de

Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e ao Idoso, com sede e foro no Município de São Manoel do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.697. **Anote-se. Arquivo-se.**

488/96: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Epilepsia, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.698. **Anote-se. Arquivo-se.**

493/96: De autoria do Deputado LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, que concede o Título de Cidadão Benemerito do Estado do Paraná ao Doutor Sérgio Fonseca Tarlé, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.699. **Anote-se. Arquivo-se.**

498/96: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Juarez Martins Filho, com sede e foro no Município de Clevelândia, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.700. **Anote-se. Arquivo-se.**

507/96: De autoria do Deputado LUIZ CARLOS ZUK, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Esportiva de Bandeirantes, com sede e foro no Município de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.701. **Anote-se. Arquivo-se.**

429/96: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a ceder, para a Arquidiocese de Curitiba, a área 2, resultante da subdivisão do imóvel denominado Praça 38 - Planta Vila Tarumã, no Município de Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.702. **Anote-se. Arquivo-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 100

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões do item 02, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 184/96, de autoria do Deputado Péricles Mello,

constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária (24.02).

Sala das Sessões, em 24.02.97

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões do item 03, 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 407/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária (24.02).

Sala das Sessões, em 24.02.97

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões do item 01, 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 111/96, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária (24.02).

Sala das Sessões, em 24.02.97

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o ARQUIVAMENTO dos Projetos de Lei nºs 443 e 444/96.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 094

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento de Eliza da Silva Oliveira, na data de hoje, em Manoel Ribas - PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Rua 7 de Setembro, s/n - CEP 85260-000 - Manoel Ribas - PR.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento da senhora Thereza Picinini, ocorrido em data de 15 de fevereiro de 1997, na Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dado ciência à família enlutada, na pessoa do senhor Lucas Picinini, residente a Rua Panambi, 163 - Jardim La Salle - CEP 95903-260 - Toledo - PR.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Thereza Picinini falece aos 61 anos de idade, 47 dos quais dedicados a Toledo, com verdadeiro espírito comunitário e solidariedade humana.

Uma pioneira que se vai, deixando saudade eterna aos familiares e a toda a família toledana, que chora a sua morte.

A Assembléia Legislativa se associa à dor da família enlutada, transmitindo as condolências.

REQUERIMENTO Nº 105

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento de Homero Oguido, Deputado Federal pelo Paraná, ocorrido no último dia 23 do corrente, em Londrina - PR.

Requerem ainda que do presente se dê ciência à viúva e familiares, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Pernambuco, 555 - CEP 80020-070 - Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(aa) VALDIR ROSSONI, CAÍTO QUINTANA,

NELSON GARCIA, TOTI COLAÇO,

ADEMAR TRAIANO, NELSON TURECK,

SÂMIS DA SILVA, WALMOR TRENTINI,

JOÃO TECHY, BETO RICHÁ,

HIDEKAZU TAKAYAMA, ORLANDO PESSUTI,

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, RENATO ADUR,

NEIVO BERALDIN, RICARDO CHAB,

EDNO GUIMARÃES, LUIZ CARLOS ZUK,

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, CÉSAR SELEME,

ELIO RUSCH e uma ilegível

REQUERIMENTO Nº 107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de voto de pesar à família Oguido, pelo falecimento do companheiro e Deputado Federal Homero Oguido, ocorrido no dia 23 do corrente mês, por volta das 23:00 horas, na Cidade de Londrina.

Nestes termos pede deferimento, conforme o disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, em seu inciso III, solicitando o envio para Rua Pernambuco, 555 - Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 095

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de voto de congratulações e manifestação de regozijo pela passagem do 34º aniversário da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda. - COCAMAR, a ser comemorado no dia 26 de fevereiro de 1997.

Desta decisão requer ainda, seja dado ciência ao ilustríssimo senhor Luiz Lourenço, mui digno Presidente da COCAMAR, no endereço abaixo:

Estrada Oswaldo de Moraes

Corrêa, 1000

Gleba Patrimônio de Maringá

Caixa Postal 932

Maringá - PR

CEP 87065-240.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A história é feita de momentos e vivências, fruto do pensamento e iniciativas do homem.

A COCAMAR, fundada em 26 de março de 1963, hoje ajuda a desenvolver o Noroeste do Estado.

Fundada para apoiar os cafeicultores na luta por melhores preços, a COCAMAR cresceu e diversificou atividades para se tornar uma das maiores Cooperativas do País.

Sua história está associada a uma busca constante de soluções para os problemas regionais.

Através da competência e criatividade de seus diretores, onde destaca-se o empenho e o esforço do Presidente, senhor Luiz Lourenço, para recompor as forças da Cooperativa, foi possível um grande envolvimento de seus associados em torno de objetivos que visam o crescimento e a dinamização dos negócios.

Apesar da crise que não tem dado trégua, a região Noroeste vive um momento importante com a conclusão do processo de reestruturação da COCAMAR, oportunidade em que foram criados os mecanismos que faltavam para a superação das dificuldades.

Homenagear o corpo diretivo e os funcionários da COCAMAR, é também homenagear todos os produtores rurais que cumprem com sua responsabilidade social, voltada para os mais altos interesses da população.

REQUERIMENTO Nº 096

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais da Assembléia Legislativa, votos de louvor ao Tenente-Coronel Justino Henrique Sampaio Filho, da Polícia Militar do Estado do Paraná, pelo excelente trabalho desenvolvido à frente do 6º Batalhão da Polícia Militar, com sede em Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A crise econômica que assola o País trouxe uma série de consequências ao povo brasileiro. A miséria aumentou, sucateamento da saúde, desemprego, luta pela terra. Com isso, evidentemente, houve um acréscimo exagerado da violência urbana e rural.

Lá na querida Cascavel, um nordestino de nascimento, mas paranaense por adoção, se desdobrou para, com muitas dificuldades, falta de efetivos, precariedade de equipamentos, oferecer à população segurança e tranquilidade.

Refiro-me ao Ten-Cel. Justino Henrique Sampaio Filho, Comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, com sede em Cascavel.

Com muita determinação e astúcia, foi vencendo um a um os obstáculos. Inteligente e de bom trato, aos poucos superou as desconfianças e granjeou a simpatia de todos os setores da sociedade da região.

Inicialmente, as pessoas olhavam com cautela a desenvoltura daquele policial. Imaginavam que seria mais um. Entretanto, logo foram percebendo que o militar em tela, estava a serviço e veio para trabalhar. O Tenente-Coronel Justino, marcou época à frente da gloriosa Polícia Militar. Vai embora, pois quer continuar crescendo na carreira que escolheu, pois homens iguais a ele merecem vencer na vida.

É justo render homenagem a pessoas que, mesmo vivendo em épocas cruéis, sabem, com ponderação, equilíbrio e espírito público, alcançar os objetivos. Daí a homenagem proposta a um Policial Militar, que no exercício de suas funções, soube conquistar a comunidade. Trabalhou sério e com competência e hoje recebe os louros pela vitória.

A Assembléia Legislativa do Paraná, que tem sabido reconhecer aqueles que, de uma forma ou de outra, têm colaborado para o desenvolvimento da nossa terra, não poderia deixar de registrar a marca de uma pessoa brilhante como o Tenente-Coronel Justino Henrique Sampaio Filho.

REQUERIMENTO Nº 097

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Campo Mourão, que requer a execução dos serviços de

pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Alto Alegre, Alto do Divino, com aproximadamente 5 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 109

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Juranda.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Juranda, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Treze de Maio, Água da Prata e Alto Alegre, com aproximadamente 24 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes,

Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Ubiratã, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Yolanda, com aproximadamente 23 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 111

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município Roncador.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Roncador, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Alto São João, com aproximadamente 14 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra

agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Mariluz, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Água do Mosquito, Água do Salto e Água do Balanço, com aproximadamente 20 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Moreira Sales, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município ao Bairro Gianello, com aproximadamente 16 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Luiziana, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Serra Molhada, com aproximadamente 12 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Corumbatai do Sul.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Corumbatai do Sul, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Souza Leão, com aproximadamente 9 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Nova Tebas.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Nova Tebas, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Barreirinho do Gujanski,

Nova Pitanga, com aproximadamente 12 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 117

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Iretama.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Iretama, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Água Fria e Marilu, com aproximadamente 5 quilômetros e 18 quilômetros, respectivamente.

Estas estradas, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder

a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Quarto Centenário.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Campo Mourão, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Bandeirantes do Oeste, com aproximadamente 15 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Rancho Alegre do Oeste.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Rancho Alegre do Oeste, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Água da Figueira, Gleba 15, Calabrez, com aproximadamente 11 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra

agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Campo Mourão, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Flor do Oeste e Água do Limoeiro, com aproximadamente 32 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente ~~Requerimento~~ atender justa reivindicação do Município de Barbosa Ferraz, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Ourilândia, com aproximadamente 18 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Quinta do Sol que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Irapuã, passando pelo Rio da Várzea, com aproximadamente 18 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Fênix.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Fênix, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Bela Vista, com aproximadamente 12 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Peabiru, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Silvolândia, com aproximadamente 18 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Araruna.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Araruna, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à São Geraldo e São Vicente, com aproximadamente 8 quilômetros 10 quilômetros, respectivamente.

Estas estradas, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do

Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Mamboré.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Mamboré, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município a Guarany e Canjarana, com aproximadamente 18 quilômetros e 5 quilômetros, respectivamente.

Estas estradas, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Janiópolis, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município a Bredópolis e Arapuã, com aproximadamente 12 quilômetros e 8 quilômetros, respectivamente.

Estas estradas, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade

de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Boa Esperança, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município a Paranaguá, com aproximadamente 7 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do

Município de Nova Cantu, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Santo Rei, com aproximadamente 6 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Campina da Lagoa, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Herveira e Bela Vista do Piquiri, com aproximadamente 9 quilômetros e 5 quilômetros, respectivamente.

Estas estradas, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 131

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de proceder a pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais - Caminhos da Educação", no Município de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente Requerimento atender justa reivindicação do Município de Terra Boa, que requer a execução dos serviços de pavimentação asfáltica através do Programa "Estradas Rurais Caminhos da Educação" no trecho que liga o município à Agro Vila, Vila Rural e Taquarimbé, com aproximadamente 12 quilômetros.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número e alunos às escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO Nº 093

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, do artigo: "De todas as prisões" (2), publicado no Jornal "Gazeta do Povo" de quinta-feira, 20.02.97, de Dom Lucas Moreira Neves, Cardeal Primaz do Brasil.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 026/97

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir, no âmbito do Estado do Paraná, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do

Magistério, o qual terá natureza contábil e será implantado, automaticamente, a partir de 1º de janeiro de 1998.

1º - O Fundo referido neste artigo será composto por 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos;

I - da parcela do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, devida ao Estado do Paraná e aos Municípios, conforme dispõe o art. 155, inciso II, combinado com o art. 158, inciso IV, da Constituição Estadual.

II - do Fundo de Participação dos Estados - FPE e dos Municípios - FPM, previstos no art. 159, inciso I, alíneas "a" e "b", da Constituição Federal, e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966; e

III - da parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI devida ao Estado, na forma do art. 159, inciso II da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989.

2º - Inclui-se na base de cálculo do valor a que se refere o inciso I do parágrafo anterior o montante de recursos financeiros transferidos, em moeda, pela União ao Estado e aos Municípios a título de compensação financeira pela perda de receitas decorrentes, da desoneração das exportações, nos termos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como de outras compensações da mesma natureza que vierem a ser instituídas.

3º - Integra os recursos do Fundo a que se refere este artigo a complementação da União, quando for o caso, na forma prevista no art. 6º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Art. 2º - Os recursos do Fundo serão aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, e na valorização de seu Magistério.

1º - A distribuição dos recursos, no âmbito de cada Estado, dar-se-á entre o Governo Estadual e os Governos Municipais, na proporção do número de alunos matriculados

anualmente nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino, considerando-se para esse fim:

I - as matrículas da 1ª a 8ª séries do ensino fundamental.

2º - a distribuição a que se refere o parágrafo anterior, a partir de 1998, deverá considerar ainda, a diferenciação de custo por aluno, segundo os níveis de ensino e tipos de estabelecimento, adotando-se a metodologia de cálculo e as correspondentes ponderações, de acordo com os seguintes componentes:

I - 1ª a 4ª séries;

II - 5ª a 8ª séries;

III - estabelecimento de ensino especial;

IV - escolas rurais.

3º - Para efeito dos cálculos mencionados no # 1º, serão computados exclusivamente as matrículas do ensino presencial.

4º - O Ministério da Educação e do Desporto - MEC, realizará, anualmente, censo educacional, cujos dados serão publicados no Diário Oficial da União e constituirão a base para fixar a proporção prevista no # 1º.

5º - O Estado e os Municípios se reservam o direito de apresentar recurso para retificação dos dados publicados, dentro do prazo previsto pelo art. 2º, # 5º da Lei nº 9.424/96.

6º - É vedada a utilização dos recursos do Fundo como garantia de operações de crédito internas e externas, contraídas pelos Governos do Estado e dos Municípios, admitida somente sua utilização como contrapartida em operações que se destinem exclusivamente, ao financiamento de projetos e programas do ensino fundamental.

Art. 3º - Os recursos do Fundo previstos no art. 1º serão repassados, automaticamente, para contas únicas e específicas dos Governos do Estado e dos Municípios, vinculadas ao Fundo, instituídas para esse fim e mantidas na instituição financeira de que trata o art. 93 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

1º - Os repasses do Fundo, provenientes das participações a que se refere o art. 159, inciso I, alíneas "a" e "b", da Constituição Federal, constarão do orçamento do

União e do Estado, e serão creditados pela União, em favor dos Governos do Estado e dos Municípios, nas contas específicas a que se refere este artigo, respeitados os critérios e as finalidades estabelecidas no art. 2º, observados os mesmos prazos, procedimentos e forma de divulgação adotados para o repasse do restante destas transferências constitucionais em favor desses governos.

2º - Os repasses ao Fundo provenientes do imposto previsto no art. 155, inciso II, combinado com o art. 158, inciso IV, da Constituição Federal, constarão do orçamento do Governo do Estado e serão depositados pelo estabelecimento oficial de crédito, previsto no art. 4º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, no momento em que a arrecadação estiver sendo realizada nas contas do Fundo aberta na instituição financeira de que trata este artigo.

3º - A instituição financeira, no que se refere aos recursos do imposto mencionado no # 2º, creditará imediatamente as parcelas devidas ao Governo do Estado e aos Municípios nas contas específicas referidas neste artigo, observados os critérios e as finalidades estabelecidas no art. 2º, procedendo à divulgação dos valores creditados de forma similar e com a mesma periodicidade utilizada pelos Estados em relação ao restante da transferência do referido imposto.

4º - Os Recursos do Fundo provenientes da parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados, de que trata o art. 1º, inciso III, serão creditados pela União, em favor do Governo do Estado, nas contas específicas, segundo o critério e respeitadas as finalidades estabelecidas no art. 2º, observados os mesmos prazos, procedimentos e forma de divulgação previstos na Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989.

5º - Do montante dos recursos do IPI, de que trata o art. 1º, inciso III, a parcela devida aos Municípios, na forma do disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989, será repassada pelo Governo do Estado ao Fundo e os recursos serão creditados na conta específica a que se refere este artigo, observados os

mesmos prazos, prazos, procedimentos e forma de divulgação do restante desta transferência aos Municípios.

6º - As receitas financeiras provenientes das aplicações eventuais dos saldos das contas a que se refere este artigo em operações financeiras e curto prazo ou de mercado aberto, lastreadas em títulos da dívida pública, junto à instituição financeira depositária dos recursos, deverão ser repassadas em favor dos Municípios nas mesmas condições estabelecidas no art. 2º.

7º - Os recursos do Fundo, devidos ao Estado e aos Municípios, constarão de programação específica nos respectivos orçamentos.

8º - Os Municípios recém-criados terão assegurados os recursos do Fundo previstos no art. 1º, a partir das respectivas instalações, em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 2º.

9º - O Estado e os respectivos Municípios poderão, nos termos do art. 211, § 4º, da Constituição Federal, celebrar convênios para a transferência e alunos, recursos humanos, materiais e encargos financeiros nos quais estará prevista a transferência imediata de recursos do Fundo correspondentes ao número de matrículas que o Estado ou o Município assumir.

Art. 4º - O acompanhamento e o controle social sobre a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito do Estado e dos Municípios, por Conselhos a serem instituídos em cada esfera no prazo de cento e oitenta dias a contar da vigência desta lei.

1º - Os Conselhos serão constituídos, de acordo com norma de cada esfera editadas para esse fim:

I - No Estado, por no mínimo sete membro, representando respectivamente:

- a) o Poder Executivo Estadual;
- b) os Poderes Executivos Municipais;
- c) o Conselho Estadual de Educação;
- d) os pais de alunos e professores das escolas públicas de ensino fundamental;

e) a seccional da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;

f) a seccional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE;

g) a delegacia regional do Ministério da Educação e do Desporto - MEC.

II - nos Municípios, por no mínimo quatro membros, representando respectivamente:

a) a Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente;

b) os professores e os diretores das escolas públicas do ensino fundamental;

c) os pais de alunos;

d) os servidores das escolas públicas do ensino fundamental.

2º - Aos Conselhos compete ainda, a supervisão do censo escolar anual.

3º - Integrarão, ainda, os Conselhos Municipais, onde houver, representantes do respectivo Conselho Municipal de Educação.

4º - Os Conselhos instituídos, seja no âmbito estadual ou municipal, não terão estrutura administrativa própria e os seus membros não perceberão qualquer espécie de remuneração pela participação no colegiado, seja em reunião ordinária ou extraordinária.

5º - Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais, mensais e atualizados, relativos aos recursos repassados ou recebidos, à conta do Fundo a que se refere o art. 1º, ficarão, permanentemente, à disposição dos conselhos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização, no âmbito do Estado e dos Municípios e dos órgãos federais, estaduais e municipais de controle interno e externo.

Art. 6º - A União complementará os recursos do Fundo a que se refere o art. 1º, sempre que, no âmbito do Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

1º - O valor mínimo anual por aluno, ressalvado o disposto no # 4º, será fixado por ato do Presidente da República e nunca será inferior à razão entre a previsão da receita total para o Fundo e a matrícula total

do ensino fundamental no ano anterior, acrescida do total estimado de novas matrículas, observado o disposto no art. 2º, # 1º, inciso I.

2º - As estatísticas necessárias ao cálculo do valor anual mínimo por aluno, inclusive as estimativas de matrículas, terão como base o censo educacional realizado pelo Ministério da Educação e do Desporto, anualmente, e publicado no Diário Oficial da União.

3º - As transferências dos recursos complementares a que se refere este artigo serão realizadas mensais e diretamente, às contas específicas a que se refere o art. 3º.

4º - No primeiro ano da vigência desta lei, o valor mínimo anual por aluno a que se refere este artigo, será de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 7º - Os recursos do Fundo, incluída a complementação da União, quando for o caso, serão utilizados pelo Estado e Municípios, assegurados, pelo menos 60% (sessenta por cento) para a remuneração dos profissionais do Magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público.

Parágrafo Único - Nos primeiros cinco anos, a contar da publicação desta lei, será permitida a aplicação de parte dos recursos da parcela de 60% (sessenta por cento), prevista neste artigo, na capacitação de professores leigos, na forma prevista no art. 9º, # 1º.

Art. 8º - A instituição do Fundo previsto nesta lei e a aplicação de seus recursos não isentam o Estado e os Municípios da obrigatoriedade de aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino, na forma prevista no art. 212 da Constituição Federal.

I - Pelo menos 10% (dez por cento) do montante de recursos originários do ICMS, do FPE, do FPM, da parcela do IPI, devida nos termos da Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989, e das transferências da União, em moeda, a título de desoneração das exportações, nos termos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, de modo que os recursos previstos no art. 1º, # 1º,

somados aos referidos neste inciso, garantam a aplicação no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) destes impostos e transferências em favor da manutenção e desenvolvimento do ensino.

II - Pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos demais impostos e transferências.

Parágrafo Único - Dos recursos a que se refere o inciso II, 60% (sessenta por cento) serão aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, conforme disposto no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 9º - O Estado e os Municípios deverão, no prazo de seis meses de vigência desta lei, dispor de novo Plano de Carreira e remuneração do Magistério de modo a assegurar:

I - A remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público em efetivo exercício no magistério;

II - o estímulo ao trabalho em sala de aula;

III - a melhoria da qualidade de ensino.

1º - Os novos planos de carreira e remuneração do magistério deverão contemplar investimentos na capacitação dos professores leigos, os quais passarão a integrar quadro em extinção, de duração de cinco anos.

2º - Aos professores leigos é assegurado prazo de cinco anos para obtenção da habilitação necessária aos exercícios das atividades docentes.

3º - A habilitação a que se refere o parágrafo anterior é condição para ingresso no quadro permanente da carreira conforme os novos planos de carreira e remuneração.

Art. 10 - O Estado e os Municípios deverão comprovar:

I - Efetivo cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal;

II - apresentação de Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, de acordo com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação, no prazo referido no artigo anterior;

III - fornecimento das informações solicitadas por ocasião do censo escolar, ou para fins de

elaboração de indicadores educacionais.

Parágrafo Único - O não cumprimento das condições estabelecidas neste artigo, ou o fornecimento de informações falsas, acarretará sanções administrativas, sem prejuízo das civis ou penais ao agente executivo que lhe der causa.

Art. 11 - A Secretaria de Estado da Educação e os seus órgãos auxiliares, assim como o Tribunal de Contas do Estado, e os Municípios, criarão mecanismos adequados à fiscalização do cumprimento pleno do disposto no art. 212 da Constituição Federal e desta lei, sujeitando-se o Estado à intervenção da União, e os Municípios à intervenção do Estado, nos termos do art. 34, inciso VII, alínea "e", e do art. 35, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 12 - A Secretaria de Estado da Educação realizará avaliações periódicas dos resultados da aplicação desta lei, com vistas à adoção de medidas operacionais e de natureza político-educacional corretivas, devendo a primeira realizar-se dois anos após a sua promulgação.

Art. 13 - Para os ajustes progressivos de contribuição a valor que corresponde a um padrão de qualidade de ensino definido nacionalmente e previsto no art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão considerados, observado o disposto no art. 2º, # 2º, os seguintes critérios:

I - Estabelecimento do número mínimo e máximo de alunos em sala de aula;

II - capacitação permanente dos profissionais de educação;

III - jornada de trabalho que incorpore os momentos diferenciados das atividades docentes;

IV - complexidade de funcionamento;

V - localização e atendimento da clientela;

VI - busca do aumento do padrão de qualidade do ensino.

Art. 14 - O Estado desenvolverá política de estímulo às iniciativas de melhoria de qualidade do ensino,

acesso e permanência na escola; em especial aquelas voltadas às crianças e adolescentes em situação de risco social.

Art. 15 - A Quota Estadual do Salário-Educação, previsto no art. 212, § 5º, da Constituição Federal e devido pelas empresas, na forma em que vier disposto no regulamento, correspondente a dois terços do montante de recursos, que será creditada mensal e automaticamente em favor da Secretaria de Estado da Educação, será aplicada para financiamento de programas, projetos e ações do ensino fundamental.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 1998.

Art. 17 - São revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O Congresso Nacional aprovou, e o Senhor Presidente da República sancionou a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, dispondo sobre o Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, com o objetivo de fazer se cumprir o art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias da nossa Carta Magna de 1988. Nesta lei, fica expresso claramente a necessidade da instituição no âmbito de cada Estado, deste Fundo, que por sua vez será repassado aos Municípios.

Este Fundo será constituído da parcela do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, cf. disposto no art. 155, inciso II, combinado com o art. 158, inciso IV, da Constituição Federal; do FPE e do FPM, previstos no art. 159, inciso I, alíneas "a" e "b", da Constituição Federal, e no Sistema Tributário Nacional de que trata a Lei nº 5.172/66; da parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, cf. Disposição Constitucional, art. 159, inciso II e Lei Complementar

61/89; além de recursos financeiros transferidos pela União ao Estado e Municípios, a título de compensação financeira pela perda de receitas decorrentes, da desoneração das exportações, cf. Lei Complementar nº 87/96, e de outras compensações da mesma natureza que vierem a ser instituídas, além de outras fontes estipuladas na presente lei. O Fundo Nacional de Educação assegura aos municípios recursos mínimos de R\$ 300,00 (trezentos reais) por aluno/ano, possibilitando elevar a média salarial dos professores a R\$ 300,00 reais por padrão, e as novas regras para o salário educação contidas na Medida Provisória nº 1.565, de 9 de janeiro de 1997, garantem aos municípios participação na chamada cota estadual desta contribuição social. Esta medida, no entanto, depende de leis estaduais.

Como a adesão ao Fundo nacional ficou facultativa aos Estados no 1º ano de sua vigência, somente uma lei estadual pode determinar a imediata vinculação do Paraná a este importante programa de racionalização de recursos e valorização do magistério.

Por isso, estou propondo a esta Casa de Leis que aprove a presente lei, que com certeza dará ao Senhor Governador do Estado, autorização para aderir ao Fundo Nacional de Educação e instituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, com objetivos claros de dar remuneração condigna aos professores do ensino fundamental - 1ª a 8ª séries - em efetivo exercício no magistério, uma vez que esta lei propõe que o Governo do Estado deverá dispor de um novo Plano de Carreira e remuneração do Magistério.

A melhoria da qualidade do ensino público, o estímulo do trabalho em sala de aula e a habilitação dos professores leigos, tão necessária ao exercício de suas atividades docentes, são princípios básicos desta lei que por certo os nobres Pares da Assembléia Legislativa do Paraná, saberão entender e optarão pela sua aprovação.

Além do que, o Estado do Paraná será pioneiro no cumprimento do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da

Constituição Federal de 1988. São os objetivos que justificam esta lei.

PROJETO DE LEI Nº 27/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional de Sumaré, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública vem prestando relevantes serviços à comunidade e ao Município de Paranavaí.

Diante do exposto, contamos com o apoio aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 28/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Distrito de Sumaré, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública vem prestando relevantes serviços à comunidade e ao Município de Paranavaí.

Diante do exposto, contamos com o apoio aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 29/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Jardim Ipê, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública vem prestando relevantes serviços à comunidade e ao Município de Paranavaí.

Diante do exposto, contamos com o apoio aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 30/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores dos Jardins Simone e Canadá, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública vem prestando relevantes serviços à comunidade e ao Município de Paranavaí.

Diante do exposto, contamos com o apoio aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 31/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim São Jorge, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública vem prestando relevantes serviços à comunidade e ao Município de Paranavaí.

Diante do exposto, contamos com o apoio aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 32/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Chácaras Jaraguá, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública vem prestando relevantes serviços à comunidade e ao Município de Paranavaí.

Diante do exposto, contamos com o apoio aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 33/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Colônia do Jardim São Jorge, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública vem prestando relevantes serviços à comunidade e ao Município de Paranavaí.

Diante do exposto, contamos com o apoio aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 34/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Vila Operária, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública vem prestando relevantes serviços à comunidade e ao Município de Paranavaí.

Diante do exposto, contamos com o apoio aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 35/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Ensino de 1º Grau Regular e 2º Grau Supletivo, com sede e foro na Cidade de Ubiratã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 30 de dezembro de 1987, a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Ensino de 1º Grau Regular e 2º Grau Supletivo - congrega alunos, pais de alunos e professores, num trabalho de estímulo à solidariedade e ao espírito comunitário, visando a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino e a integração família-escola-comunidade.

Desde a sua fundação, realiza profícuo trabalho no seio da

comunidade escolar, consoante disposições estatutárias.

Reconhecê-la de utilidade Pública implica no efetivo entendimento das suas finalidades e da sua atuação, baseada no estímulo à melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares, tendo como prioridade a integração plena dos educandos no seio da comunidade.

Enquadrada dentro das exigências legais, não vemos por que esta Casa não declará-la de Utilidade Pública Estadual, pelo que, conclamamos o aval dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 36/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Estado do Paraná a fazer a doação para a Prefeitura Municipal de Campo Mourão - PR, das seguintes áreas de terras de sua propriedade:

- Imóvel matriculado sob nº 12.427 com área de 112.000,00 m².
- Imóvel matriculado sob nº 19.361 com área de 11.886,00 m².
- Imóvel matriculado sob nº 19.362 com área de 6.804,80 m².

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O Município de Campo Mourão, Pólo da Microrregião 12, tem experimentado ao longo dos anos, uma forte concentração populacional, o que tem ocasionado constantes déficits habitacionais, a despeito de todos os esforços governamentais. É enormemente preocupante o crescimento de sub-moradias na região periférica da cidade, onde por um desordenamento natural, é impossível levar o mínimo de infra-estrutura para aquelas famílias de baixa renda. Fundamenta-se o pleito daquela municipalidade diante da inexistência de áreas municipais para a implantação de conjuntos residenciais, e mais ainda a proximidade da infra-estrutura, o que determina um custo menor.

As áreas ora pleiteadas tem o privilégio desta localização e por certo trará enormes benefícios para esta população tão carente. Por estas e tantas outras razões é que conclamamos os nobres Pares desta augusta Casa para que dêem seu aval a tão justo pleito.

PROJETO DE LEI Nº 37/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a União dos Estudantes de Araucária - UNESA, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.02.97.

(a) ALBANOR GOMES

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 28 de maio de 1994, a União dos Estudantes de Araucária tem por finalidade congregar todos os estudantes do 1º e 2º graus do Município de Araucária em entidade livre e independente, tendo por princípios básicos: a organização dos estudantes na defesa dos seus direitos políticos, sociais, econômicos, jurídicos e educacionais.

Além disso, promove o intercâmbio de experiência e informação com o movimento estudantil das demais cidades e Estados; busca o combate ao analfabetismo; luta pela melhoria do nível e vida e pelo fim das injustiças sociais, valorizando sempre a democracia e as liberdades fundamentais do ser humano, em defesa dos direitos e deveres dos estudantes.

A UNESA tem participado ativamente das atividades, campanhas e festas desenvolvidas no município, tomando conhecimento da realidade local e contribuindo para a busca de melhorias.

É merecedora de reconhecimento e apoio de todos os segmentos da sociedade e para alcançar melhor os seus objetivos, solicitamos a aprovação deste projeto de lei, que confere a condição de Utilidade Pública Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Ink) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Caio Quintana.

O SR. CAIO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

A tribuna deste Plenário se presta a manifestações das mais variadas de cada um de nós, como seres humanos. Muitas e muitas vezes subimos à tribuna para anunciar conquistas nas nossas regiões ou anunciar conquistas no nosso Estado; para transmitir saudações; cumprimentos a pessoas de dentro ou de fora desta Casa, por suas conquistas. E nos reserva também, a função parlamentar, missões difíceis e missões tristes.

E gostaria, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, de, em nome da Bancada do PMDB - e acredito que em nome das demais Bancadas - desta Executiva, inclusive, com pesar registrar aqui o falecimento do nosso amigo, do nosso companheiro, do nosso correligionário Homero Oguido.

Talvez a reflexão de quanto a vida se esvai com facilidade, o quanto somos pequenos, a ponto de não sabermos distinguir nem quando haverá um desenlace!

Jovem, Deputado vibrante, Deputado competente, Deputado sério, que em 1982, junto com alguns Parlamentares que aqui estão, inclusive o meu primeiro mandato, primeiro mandato de Homero Oguido na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, representando a Cidade de Londrina e Região Norte do Paraná, e representando também uma das colônias que mais deu ao desenvolvimento do nosso Estado, que é a colônia japonesa.

Pois bem, hoje na madrugada, fomos surpreendidos com o telefonema que dizia que o nosso querido companheiro, nosso ex-Deputado Estadual, nosso ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano, ex-Vereador - junto com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti - na Cidade de Londrina, hoje Deputado Federal, representando o bloco nipônico de relações do Brasil com o Japão, passa desta vida com um enfarto.

Quero aqui registrar - e que sirva, meu companheiro, meu amigo Homero Oguido, a sua passagem como um exemplo a cada um de nós, de que usemos o dia-a-dia de nossas vidas aqui neste Parlamento e fora dele, na atividade de cidadão, de ser humano, feito a imagem e semelhança de Deus. usemos este nosso tempo sabendo que ele pode ser o último instante. Usemos estes nossos dias, para deixar como você, Homero, deixou na lembrança dos seus correligionários e dos seus adversários: admiração pela postura ética, decente, trabalhadora, competente, que realizou pelo nosso Estado.

Lembro do grande desafio durante o Governo Roberto Requião, quando a Secretaria de Desenvolvimento urbano tinha a maior missão de todas as Secretarias: o desenvolvimento do "Paraná Urbano" e do "Paraná Rural", e lá estava a figura do então Secretário Homero Oguido, diuturnamente trabalhando, desenvolvendo essas atividades que tanto esgotou a sua condição física, mas que levou com louvor até o final de sua ação, uma das ações mais difíceis daquele Governo.

E no dia de hoje é a um jovem com pouco mais de quarenta anos, nós temos que, aqui na Assembleia, do Plenário desta Casa, transmitirmos com pesar e com sofrimento uma homenagem da Assembleia Legislativa pela sua passagem.

Espero, meus irmãos do PMDB e dos demais Partidos presentes, que venhamos a aproveitar desse passamento essa idéia do exemplo de que precisamos aproveitar os nossos dias e o nosso mandato para podermos construir algo de positivo, que fique além da morte, que possa permitir com que aqueles que advirem depois de nós, possam olhar para nossa biografia com a certeza de dizer, como todos dirão: "Meu amigo, meu irmão, Homero Oguido, que você não passou apenas por esta vida, mas você fez parte daqueles homens que ajudaram a construir o nosso Paraná e que dignificaram a nossa classe de políticos".

O Sr. Neivo Beraldin - Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento).

Deputado Caíto Quintana, quero associar-me neste momento, com o voto do mais profundo pesar pelo passamento do nosso irmão, nosso amigo, nosso colega. Enquanto Deputado Estadual no passado, Deputado Federal - e me lembro, Deputado, exatamente quando você falava do "Paraná Urbano" e do "Paraná Rural". Quando viajávamos para o interior com Homero Oguido, percebíamos uma grandeza enorme dentro do seu coração, uma vontade enorme de fazer acontecer as coisas. Ele foi um Secretário de Desenvolvimento Urbano que, tenho certeza, poucos terão a possibilidade de fazer tanto quanto ele fez, porque ele era determinado para o trabalho, ele não via os adversários como adversários, ele procurava fazer acontecer as coisas.

Portanto, Homero foi um daqueles homens públicos que considero como exemplo do Paraná e do Brasil. Que Deus o tenha em bom lugar, que Homero - como disse Vossa Excelência - não apenas se colocava como alguém que queria contar a história, ele queria fazer a história, e ele fez a sua passagem brilhante na vida pública. E o povo do Paraná, com certeza, está hoje entristecido com o falecimento do nosso querido amigo Homero Oguido.

Os votos de pesar para a família e os companheiros.

O Sr. Walmor Trentini - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Caíto, queremos, em nome da Bancada do PDT, também nos associar a Vossa Excelência, ao seu partido, e, junto com os demais membros desta Casa, neste momento de pesar em que o Paraná perde, com certeza, um grande Parlamentar, um grande Deputado, um homem que devotou o seu trabalho a este Estado.

Embora sem ter tido uma grande convivência, acompanhamos o trabalho do Deputado Homero Oguido como Secretário, como político, e temos o maior respeito.

Queremos nos somar a Vossa Excelência e aos demais membros desta Casa neste momento triste para o nosso Estado.

Muito obrigado.

O Sr. Renato Adur - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Gostaria também de me somar a Vossa Excelência e aos Deputados desta Casa e render, neste momento também, as nossas homenagens a um dos homens que considero um dos homens públicos que tem uma das melhores folhas de serviços prestados ao Estado do Paraná.

Independentemente - do Deputado Homero Oguido pertencer ao nosso Partido - PMDB - acho que esse é o momento de reflexão nesta Casa, de todos os Parlamentares. Muitas vezes somos criticados por uma série de atitudes, mas a vida do Parlamentar, Deputado Caíto, o dia-a-dia do Parlamentar realmente é desgastante, e só quem vive isso na carne, só o Deputado que trabalha durante a semana na Capital, atendendo as reivindicações do interior, das entidades, das Prefeituras; e no final de semana, quando ele deve dedicar-se à sua família - ou coisa parecida - ele está cumprindo tabela, cumprindo pauta, cumprindo programações em todas as localidades do interior, atendendo as suas comunidades.

E o Homero era um cidadão que dedicava a sua vida integral para a política. Fez um trabalho - como bem disse o Deputado Neivo Beraldin - na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, elogiável sob todos os aspectos.

Realmente, o Paraná cresceu muito nos anos em que Homero Oguido foi o Secretário do Desenvolvimento Urbano. O Paraná do interior realmente cresceu muito, e somos testemunhas vivas disso, e ali não tinha quem era Prefeito, quem era Deputado do lado do Governo ou era adversário; ali tinha a necessidade da região, e tinha, efetivamente, os projetos. E o Homero - me lembro que muitas vezes - enfrentava o Governador, porque ele defendia a necessidade da obra, independentemente de quem fosse o Prefeito daquela cidade. Quer dizer, no final da sua gestão como Secretário de Desenvolvimento Urbano, já teve uma crise devido ao trabalho que teve naquela Secretaria, e a quantidade de obras e convênios que foram realizados naquele período.

Portanto, quero deixar registrado, Senhor Presidente, nesta Casa, meu caro companheiro Caíto Quintana, que Homero Oguido é uma

perda irreparável para o Estado do Paraná. Fiquei chocado hoje de manhã, quando assisti pela televisão. Logo em seguida, o Deputado Orlando Pessuti nos comunicou. Mas é uma perda irreparável.

Acho que só nos resta, neste momento, fazermos um exame de consciência, fazermos uma auto-reflexão sobre a atividade do Parlamentar, principalmente nesse processo em que o cidadão recebe voto no Estado todo e tem compromisso no Estado todo. A vida do Parlamentar sofre um desgaste muito pior, porque ele não tem sábado, não tem domingo, e durante a semana tem que trabalhar como todo mundo trabalha.

Era isso, Senhor Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço, e queria dizer, Deputado Adur, quando Vossa Excelência falava na ação do Deputado Homero Oguido como Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que, graças à pertinácia do Deputado Homero Oguido, quando eu estava na Casa Civil, junto com ele, conseguimos fazer com que o Banco Mundial, Deputado Horácio, passasse a financiar - via PEDU - o Programa de "Barracão Industrial", porque - por incrível que pareça - o programa do Banco Mundial financiava construção de praças, financiava construção de fontes luminosas, mas não tinha dentro da sua área de financiamento, o "Barracão Industrial", que foi o que alicerçou o programa de pequenas empresas financiadas pelos Municípios no interior do Estado, o Programa "Bom Emprego Urbano". E foi graças a um trabalho persistente do Deputado, então Secretário, Homero Oguido, que o Banco Mundial passou, a partir daí, a aceitar entre as metas dos Prefeitos nos financiamentos do PEDU, a construção do galpão para instalar empresas nos municípios.

Acho que essas contribuições, esse resgate da vida do cidadão, é sumamente importante nesses momentos, para que possamos saber da nossa missão, da nossa atividade, para que possamos, Deputado Renato Adur, entender o que é a ação de um político.

Recentemente, no esplendor de sua atividade, perdemos num acidente

inexplicável, o Deputado Federal Elias Abrahão. Agora, num infarto, termina-se, ceifa-se uma vida de pouco mais de quarenta anos de idade, sem o devido preparo de saber que esse desenlace poderia acontecer. E aqueles que tanto e tanto malham os políticos nas suas ações, será que algum passará pela casa da esposa do Deputado Elias Abrahão ou do Deputado Homero Oguido? Ao saber que, extinguindo o seu mandato, e a sua própria remuneração, se aquela família, que teve as agruras e o sofrimento de ver, de dividir com a causa pública o afeto do marido e do pai; se após o seu desenlace, esteja faltando alguma coisa para a manutenção da vida que levava?

Acho que estas reflexões precisam ser feitas por todos nós, para que venhamos, nesta luta diuturna pela coisa pública, lembremos também da defesa dos nossos companheiros, quando injustamente atacados.

Agradeço a oportunidade.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Nobre Deputado Caíto Quintana, em nome da Bancada do PFL, quero lembrar algumas coisas, pelas notícias que fiquei sabendo hoje pela manhã, do falecimento do nobre Deputado Homero Oguido, o qual aprendi a conhecê-lo e admirá-lo.

No Governo anterior, do Governador Roberto Requião, no qual Vossa Excelência era Chefe da Casa Civil, o Secretário era Homero Oguido, da SEDU, de onde tivemos, mesmo estando nesta Casa na oposição ao Governo anterior, mas sempre que procurávamos o Secretário Homero Oguido, éramos atendidos. Sempre tínhamos dele a maior das boas vontades para atender, para ajudar, para viabilizar projetos em municípios que representávamos nesta Casa. Sempre ele tinha uma posição aberta, e em comum, em conjunto, sempre ajudando e trabalhando pelo desenvolvimento dos municípios do Estado do Paraná.

Fiquei muito triste. Triste de ver um Deputado moço, homem moço que faleceu cedo. Mas, é a vida. É a vida nossa. E nós, que estamos à frente deste trabalho no Legislativo, do qual estamos expostos às estradas, às questões dentro do Plenário, muitas

horas de emoções muito fortes, em questões de debates, e muitas vezes, vindo a prejudicar até mesmo a saúde de cada Parlamentar, de cada um que compõe esta Casa.

Em nome da Bancada do PFL, nós aqui estamos solidários, sentidos com o falecimento deste grande Deputado, deste grande Secretário de Estado, foi o nosso amigo Homero Oguido.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o Deputado Plauto.

E, se me permite a Mesa, ceder um aparte ao Deputado Marquinhos Alves, da região Norte do Paraná.

O Sr. Marquinhos Alves - Muito obrigado, Deputado Caíto.

Também nos juntamos ao vosso pronunciamento, porque a minha família, no dia 12 de abril de 94 passou pela mesma situação em que se encontra a família do Deputado Homero.

Então, o senhor foi muito feliz com a colocação de como é que fica a família, a esposa e os filhos, aqueles que dividiram toda a vida os momentos que foram roubados do convívio familiar, para que ele tivesse na sua vida pública, sucesso.

Registro também a minha participação, como filho de um Deputado, que foi também falecido na Assembléia - e por ataque cardíaco - devido a problemas, noites de sono sem dormir e preocupações.

Junto-me ao seu pronunciamento, como uma pessoa que já passou por este momento, em que vi meu pai sair bom de casa, e depois retornar sem a sua vida.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Caíto Quintana, em meu nome - e tenho certeza absoluta - em nome de toda a Bancada do PSDB, queria me somar, neste momento de dor, ao seu pronunciamento, e tenho certeza também, em nome de todos os Deputados, pela perda irreparável deste político, deste homem exemplar que foi Homero Oguido.

Eu, particularmente, tive a oportunidade de conviver com Homero Oguido quando ele foi Secretário do Desenvolvimento Urbano, e mesmo fazendo parte de uma Bancada que era Oposição ao Governo Requião, sempre

tive um atendimento digno e cordial por parte do Secretário.

Lembro, há muitos anos atrás, quando pensava em entrar na vida pública - meu pai que era político dizia que participou 17 anos da vida pública, e com isso, com certeza, ele teria perdido uns 20 anos da sua vida. E foi isso que aconteceu, ele acabou falecendo com 56 anos de idade. Essa é a nossa luta, a nossa vida, mas, naturalmente, quando pessoas como Homero deixam de conviver entre nós, fica um sentimento de vazio. Tenho certeza absoluta que o Paraná perde hoje uma das personalidades que muito contribuiu para a elevação e o desenvolvimento do Estado do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Muito obrigado.

Senhor Presidente, tudo isso que dissemos, gostaria de sintetizar neste aparte do Deputado Marquinhos Alves. Porque, efetivamente, Deputado Marquinhos, quem passou por um momento como este que você passou, tendo o seu pai falecido aqui, no seu gabinete na Assembléia Legislativa, é que pode entender e, em nosso nome demonstrar o conhecimento da dor.

E gostaria, ao sair desta tribuna, no instante em que fará um pronunciamento o Deputado Alborghetti - tenho certeza absoluta que o Deputado Alborghetti, que é de Londrina, que é do Norte, que começou antes do que nós a sua convivência política com Homero, na Câmara dos Vereadores de Londrina - poderá retratar a personalidade desse ente político que perdemos hoje.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

E queremos transmitir, uma vez mais, em nome dessa Bancada, em nome dessa Assembléia Legislativa, os votos de pesar à família desse grande companheiro, desse grande paranaense, desse grande brasileiro, Homero Oguido.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

No Horário do PTB, concedo a palavra ao Deputado Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, lamentar profundamente o falecimento de um amigo meu.

Comecei a minha carreira política com o Deputado Homero Oguido. Na época, travamos grandes debates - Homero, eu e o Vereador Delciel, irmão do Deputado Delciel, que durante muitos anos ocupou este Parlamento, ocupou esta Casa.

E, na Câmara Municipal de Londrina, travamos grandes batalhas, na eleição da Mesa, e ali aprendi a conviver com o Homero. Homero simples, Homero pai, Homero esposo, Homero representando a colônia japonesa, Homero preocupado... Realmente estou muito emocionado, porque fiquei sabendo ontem à noite do falecimento do Deputado Homero.

O Deputado Homero era um homem voltado ao municipalismo. Dobrei com o Deputado Homero vários municípios do Paraná, fiz muitos votos nas últimas duas eleições com ele, na região do Norte, Norte Velho, Norte Novo. E o Homero estava estressado. Pensei que essa era uma doença de rico, não acreditava muito nesta doença, e agora acabei de crer que o stress acaba com a vida de muitos Deputados, daqueles que viajam constantemente nestas estradas, como faz o meu querido Deputado de Campo Mourão, Tureck.

Teve uma época em que eu saía daqui quinta-feira e obrigatoriamente eu tinha que estar em Londrina. Então ficou como se fosse uma doença, você tem que estar. Então, atacava a coluna - esta rodovia, que é uma rodovia perigosíssima daqui a Londrina, todo mundo sabe, o Deputado Edno tem que ir a Cianorte, outros Deputados, o Deputado Ademar, que tem que ir para o Sudoeste, o Deputado Nelson, que tem que ir para Umuarama, mais longe.

E o Deputado Homero era aquele que tinha que estar na região. Há um mês atrás encontrei o Deputado Homero na rodovia de Tamarana, Deputado Chab, arrumando o carro. Uma chuva! Olhei, estava o Homero com a calça toda suja saindo de Tamarana. Eu disse: Não dá para entender essas coisas!" O Homero morreu de derrame cerebral, não foi infarto. E ele era um Deputado novo, 48 anos de idade.

E que sirva essa lição, porque só nos preocupamos em ir ao médico quando sentimos a dor. Então, não custa nada. Todos os que estão nas galerias, estão aqui, vejo muitas campanhas de câncer no seio, campanhas

e campanhas e as mulheres só se preocupam quando encontram uma bolinha na hora de amamentar a criança. A minha classe de jornalistas também, que estão sentados na máquina o dia todo, tomando cafezinho, fumando. O estresse acaba com a vida do ser humano.

Peguei esta doença e fiquei internado aqui em Curitiba 20 dias, no Hospital Nossa Senhora das Graças. E não conseguia entender o que era aquilo, atacava os dentes, fui ao dentista e não tinha nada nos dentes; atacava o ouvido, ia ao médico e não tinha nada no ouvido; paralisava uma perna, ia ao médico e não tinha nada na perna; atacava o sistema nervoso à noite, ia ao médico e não tinha problema no sistema nervoso; atacava as narinas - comecei a me viciar num medicamento de pingar nas narinas. Ai, fui passando de médico em médico, até que cheguei em um médico da Universidade Católica do Paraná, Doutor Edson Novack, ele que me trata até hoje. E o Doutor Edson falou: "O senhor está com uma doença gravíssima, chamada 'stress', o senhor pode morrer a qualquer hora. O senhor vai diminuir o cigarro, vai andar, vai procurar ir menos ao seu gabinete, vai dar uma liberada na sua vida, porque senão você morre".

E quando peguei a notícia ontem, do Homero, dá aquele impacto no ser humano - a gente que é amigo - dá aquele impacto e você começa a ficar preocupado, começa a ficar pensativo: na síndrome da segunda-feira, de levantar cedo, querer fazer tudo, querer salvar o mundo, querer ser bom Deputado, querer cumprir com as suas obrigações, não ter o seu nome manchado. Então, você começa com aquela síndrome, é a síndrome da política, é a síndrome do jornalismo, é a síndrome do médico, é a síndrome do Vereador. O Deputado Horácio, que deu a sua vida pelo Parlamento, na Câmara Municipal de Curitiba, tem esta síndrome, é a síndrome do trabalho. Por isso defendo esse Parlamento, porque aqui todos os Deputados têm uma síndrome: querem resolver tudo.

O Deputado Toti Colaço é aquele municipalista que vai à tribuna e de vez em quando, fica tão nervoso que dá a nítida impressão que ele vai sofrer um derrame ali. E o Deputado Homero

era assim, ele queria resolver os problemas do municipalismo.

E, a última conversa que tive com o Deputado Homero - primeiro conversei com o Deputado Antonio Ueno, e depois conversei com o Deputado Homero - pedi a ele que me conseguisse em Brasília, na Secretaria da Saúde, uma pomada que eu tinha conseguido na Embaixada de Cuba, para as crianças que têm câncer de pele, a psoríase. E pedi ao Deputado Homero que me conseguisse o medicamento "Tigasson" na Secretaria da Saúde - tenho 15 crianças com câncer, faço este trabalho auxiliar com minha esposa, e ficamos preocupados em entregar os medicamentos todo o mês, porque esse câncer é maldito. Tenho um idêntico, mas vocês podem ver que estou com uma mancha muito grande, ontem fiz uma microcirurgia.

Então, é uma doencinha que, se você não se preocupar, ela extermina com o ser humano. E pedi ao Homero: "Me consegue". Interessante, Deputado Horácio, o Homero me ligou de Brasília antes do recesso e me disse: "Alborghetti, está duro de conseguir os medicamentos, mas vou conseguir, tenha paciência". Então, o Homero era aquele Deputado que você podia contar com ele em Brasília - como todos os Deputados, mas sempre têm aqueles que você é mais afinado. E o Deputado Homero era aquele que não aparecia, era quietão, mas era um municipalista, ele dava a vida pelos municípios do Paraná.

Foi Secretário do Governo Requião, tenho que respeitar, ele deu a vida pelo municipalismo do Paraná. Lamento profundamente - sem desmerecer os demais Secretários - mas o Governador Roberto Requião teve um grande Secretário na sua administração, que foi o Deputado Homero Oguido.

Em nome deste Parlamento, quero endossar as palavras emotivas do Deputado Caíto Quintana, ele falou com o coração. O Paraná perdeu um Deputado honrado, um Deputado honesto, um Deputado sério, um Deputado sem manchas, um Deputado com um passado de luta. Permita-me: como o Brasil perdeu o Senador Darcy Ribeiro, que me emocionou. Os senhores não viram na "TV Cultura", a última entrevista no "Roda Viva", o Senador Darcy, a vida

do Professor Darcy era o Parlamento. Têm pessoas que nascem para o Parlamento, têm pessoas... Ultimamente, minha esposa me perguntou se eu queria morar dentro da Assembléia, já trazia uma cama para dormir aqui dentro, ou morava em casa ou vai e fica em Londrina, ou fica em Curitiba. Têm gente que nasce para isso. Todos os senhores nasceram para isso. É um vício. O Deputado Chab me lembra: antes de ele ser Deputado, às vezes ele ia para o rádio - ele é meu amigo, ele fazia algumas críticas, eu ligava para ele e dizia: "Chab, você um dia vai ser Deputado, você vai pagar, vai pagar caro, quando você tiver o seu gabinete". E hoje o Chab está pagando caro, porque a vida do Parlamento é um sacerdócio, isso aqui é como se fosse um médico, um padre.

Por isso que Deus levou o Deputado Homero Oguido. Espero que Cristo, e várias entidades espirituais de uma galáxia, que estamos aqui por uma simples passagem. Não pensem os senhores que vamos viver o resto da vida aqui. Uma nave nos deixou aqui e outra nave vai nos levar para uma outra galáxia. Tenho certeza que o Deputado Homero Oguido, neste exato momento, está num hospital espiritual muito lindo, sendo tratado por entidades espirituais maravilhosas. Tenho certeza que o Deputado Homero Oguido, nesta outra galáxia que ele já está, quando ele levantar do seu leito, vai continuar sendo o mesmo Homero Oguido, honrado, de caráter, de coração e voltado para as questões municipalistas. Porque, nesta outra galáxia que todos nós iremos, lá também existem municípios, seres humanos, existem problemas e todos eles acima da espiritualidade.

Para encerrar. Ontem, um trágico acontecimento me barbarizou, ontem fiquei apavorado, porque fui ao local para acreditar, neste final de semana. Não quero chamá-la de prostituta, porque não faço discriminação, vou chamá-la de "garota de programa", que é a profissão, a "garota de programa" é uma profissão. Então, é um nome mais simbólico. Esta menina foi a um hotel no centro da cidade com um maníaco, o maníaco a matou e depois praticou o seu conúbio sexual com ela. Após praticar a relação sexual, ele, com

uma mordida, arrancou os bicos dos seios desta jovem e a estrangulou.

Senhores Deputados, em dezembro, novembro, outra menina foi assassinada nos mesmos moldes na Capital do Paraná.

Só não entendo, senhor Presidente - estou entrando com um projeto hoje, revogando um artigo, e gostaria de contar com o apoio dos Senhores. Em 1973, a Lei nº 6.416 dizia que: "um cidadão que chegar em um motel poderá ocupar os aposentos que lhe for designado depois de preencher com clareza e sem vícios a ficha de registro destina ao controle de entrada e saída de hóspedes ou de moradores". Em 1990, artigo 29, houve um lobby e votei contra isso: "Após a publicação dessa lei fica suspensa a impressão de fichas de hospedagens". O Paraná é o único Estado que o cidadão chega em um hotel - pode ser um latrocidista, um bandido, um fugitivo de qualquer penitenciária - entra em um hotel e não faz uma ficha. Você não precisa fazer ficha no Paraná para se hospedar. No Rio de Janeiro, tem. Em São Paulo, tem. O Paraná é o único que tem uma lei que não obriga ninguém a preencher uma ficha. Pode-se chegar a qualquer hotel do Paraná, entrar e não precisa se identificar. Pode chegar lá e dizer um outro nome qualquer. Um cidadão, quando chega num hotel, tem que apresentar a identidade, a recepcionista tem que confrontar a foto com o rosto do cidadão, e preencher a sua ficha.

Este hotel deste crime é no centro da nossa Capital. Não é um motel, não, é um hotel. É no centro, Senhores Deputados. O cidadão entrou com uma menina, fez um programa, saiu, voltou com outra, não olhou para ninguém na portaria e deixou "quarentinha". Inclusive, neste hotel, tem um sorteio na porta. A garota de programa que levar mais hóspedes, concorre a uma bicicleta. Isto é brincadeira! E foi inaugurado um outro hotel que, com quarenta reais, você ganha a cerveja, a camisinha e meia hora.

Venho a esta Casa dizer que temos que revogar este artigo. Não existe isto no País. Somos um Estado civilizado, de primeiro mundo. Sou um paranista. Não tive o Paraná como berço, mas vou tê-lo com túmulo. Vou

ser enterrado em Londrina. No dia em que eu morrer, quero ser enterrado em Londrina, a cidade que me fez, que me deu como Deputado para o Paraná. Não posso admitir que no meu Estado, um Estado de Parigot, de Jaime Lerner, de Roberto Requião, de Alvaro Dias e tantos outros Governadores de civismo, um Estado com uma Assembléia que é um exemplo hoje para as demais Assembléias do Brasil, não posso admitir que aqui você entrar num hotel e não precisar se identificar... Isso não existe! Quero revogar esta lei.

Com o aparte o Deputado Caíto Quintana, para eu encerrar.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência já respondeu, Deputado Alborghetti, o que eu iria perguntar. É que quando Vossa Excelência falava, eu aqui não distinguia se era motel ou hotel. É hotel. E lhe confesso, Deputado, por essas coisas que acontecem na vida da gente... Eu desconhecia...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Nós votamos contra, Caíto. O senhor debateu contra esta lei aqui. Eu também debati.

O Sr. Caíto Quintana - Mas veja uma coisa, Deputado: eu desconhecia que os hotéis - vamos ser francos - os hotéis que existem exatamente para receber as mulheres...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para a prostituição.

O Sr. Caíto Quintana - Os hotéis estavam sendo dispensados das fichas. Porque veja: o hotel um pouco mais categorizado - até como segurança pessoal - faz.

Veja uma coisa, Deputado Alborghetti: uma área que Vossa Excelência trabalha na sua profissão, que é cobertura de programas como o seu. Não há lugar melhor, inclusive, para que o homicida, o assaltante, um safado qualquer venha esconder-se da própria polícia, se ele puder entrar no hotel e não fizer ficha. Ele fica 24 horas, 48 horas lá dentro, ninguém sabe quem é que entrou, quem é que saiu. Se for conferir na porta, a pessoa não sabe. É um incentivo enorme à prostituição, ao abuso sobre essas

coitadas que perambulam pelas ruas, porque as pessoas saem, e quem está no hotel não sabe quem ficou lá dentro.

Então, Vossa Excelência apresenta, em hora oportuna, este projeto supressivo do artigo 29. E conte com a nossa solidariedade total de nossa Bancada, e creio que dos demais Parlamentares. Porque é surpreendente, que na hora em que tantas e tantas atitudes se toma, de colocar e se exigir que a porta do Banco tenha um dispositivo de alarme...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Mas o Deputado César Seleme fez este dispositivo aqui e disseram que não podia. A Associação dos Bancos não permite. Sabe quantos Bancos foram assaltados? Dois, neste final de semana. Só neste mês, 13 Bancos, na Capital do Paraná. Gente, 13 Bancos, é brincadeira!!

O Sr. Caíto Quintana - Então, parabéns, Deputado. Conte conosco.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Então, só para finalizar. Vou encerrar agora, só um segundo.

O Deputado Chab sabe, a professora Ceruzi foi seqüestrada de seu apartamento. Talvez pelo ex-namorado.

Veja bem, Deputado Caíto: uma professora está seqüestrada na Capital há 25 dias. Hoje eu mostrei, o ex-namorado ela está sendo procurado pela polícia. Foi roubado o Gol dela, levaram esta senhora junto, roubaram todo o apartamento.

Veja a fiscalização dos motéis, está acima dos hotéis. Queremos ter um programa de audiência, eu e o Deputado Chab, no horário. Nosso horário é um pouco distinto. Ele encerra e eu estou começando e tem as duas audiências ligadas. Nem o "Programa Ricardo Chab" nem o "Programa Alborghetti" sabiam o número da placa do Gol. Muito bem, quando saiu a placa do Gol, a polícia correu todos os motéis e descobriu que o Gol esteve em um dos motéis. Como? Com a placa. Porque qualquer carro que entrar num motel, eles anotam. Aqui tem um motel - não vou dizer o nome - em que fotografam a placa traseira. Fotografa. É instantâneo - coisa de

primeiro mundo - dá o número da placa do carro. Este cidadão me mostrou e achei fantástico. Os outros anotam.

Então, agora está sendo procurado este rapaz, que pode ter seqüestrado a professora. Anotaram a placa do carro. Então esta placa esteve neste motel, ele esteve em companhia de várias mulheres, passaram a noite. Já acharam o carro. Só que até agora - não é, Chab - não conseguimos achar a professora. Oxalá Cristo esteja protegendo esta jovem professora. Inclusive, ela sofre dos rins, faz hemodiálise. Acredito que já esteja morta, mas oxalá Deus permita que não.

Nos hotéis não requerem fichas. Nos motéis anota-se a placa do carro. É uma contradição. Gostaria que este Parlamento me ajudasse a revogar esse artigo, porque um bandido pode fugir de uma penitenciária em São Paulo, se hospedar no Hotel Del Rey, no centro da cidade e pode montar um "QG" aqui, assaltar, como aconteceu em Londrina. Os bandidos vieram de São Paulo e começou a haver uma série de assaltos em Londrina. Sabem onde estavam hospedados? No centro da cidade, num dos melhores hotéis do centro de Curitiba, perto da antiga Prefeitura. Estavam hospedados, com carro importado e assaltando o norte do Paraná inteirinho. Vinham dormir no hotel, na antiga rua da Prefeitura. E perguntamos: "E daí, não tinha ficha? Não. Existe um projeto na Assembléia que não precisa mais de ficha..."

Então, gostaria de revogar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças.

A Mesa anuncia a presença, em Plenário, do Prefeito de Cândido de Abreu e dos Vereadores de Formosa do Oeste.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em número de dois (02), de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de oito (08), de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/96, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que dispõe sobre a criação do Programa de Orientação Sexual de Prevenção das DST/AIDS e do uso abusivo de drogas e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.E.C.E.. COM EMENDA DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por dez (10) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por dez (10) sessões, do Projeto de Lei nº 111/96.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/96, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello, que autoriza o Poder Executivo a alterar a redação dos artigos 3º e 4º da Lei nº 10.051/92, e acrescenta dois parágrafos no artigo 3º da mesma lei (Funcionário). **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.E.C.E..**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o autor.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, conversei há pouco com o Líder do Governo sobre este projeto. Acho de extrema importância, porque ocorre uma injustiça nas escolas estaduais do Paraná. Acredito que os professores têm difícil acesso e essa gratificação não se estende aos funcionários da rede pública. Nosso projeto vem corrigir esta distorção.

No entanto, devido a algumas alegações do Líder do Governo, aceitamos este Requerimento e vamos juntos com o Líder do Governo, fazer uma audiência na Secretaria da Educação, para sanear essa injustiça com os funcionários da rede pública estadual.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em votação o Requerimento.

Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 184/96.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que obriga todos os estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná a advertência das consequências do uso de drogas alucinógenas, bebidas alcoólicas, fumo e da prática do relacionamento sexual sem segurança. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E..**

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 407/95.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 024/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo através do Instituto Ambiental - IAP, a alienar a Stefan Duhatschek, José Duhatschek, Antonio Duhatschek e Alberto Duhatschek, o Lote nº 19 do imóvel Campina dos

Freitas, situado no Município de Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.A.I.C.. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 024/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 19, do imóvel Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga, a Stefan Duhatschek e Antonio Duhatschek.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 017/96

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental nº 007/96, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Stefan Duhatschek, José Duhatschek, Antonio Duhatschek, o lote nº 19 do imóvel Campina dos Freitas, no Município de Pitanga.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 24/96

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 007/96, o Projeto de Resolução 24/96 autoriza o Poder Executivo a alienar a Stefan Duhatschek, José Duhatschek, Alberto Duhatschek e Antonio Duhatschek o lote nº 19, do imóvel Campina dos Freitas,

situado no Município de Pitanga, com área de 296,7436 hectares.

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou parecer favorável à sua aprovação, e apresentou o presente projeto de resolução.

Analisando a matéria, temos que a mesma encontra-se em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

Assim, manifestamos parecer favorável à normal tramitação do Projeto de Resolução nº 24/96.

Sala das Comissões, em 17.12.96.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente

IRINEU COLOMBO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 025/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza o Poder Executivo através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar o Lote nº 41, da Gleba 3, Parte 2, do imóvel da Colônia Boa Ventura, situado no Município de Pitanga, a Paulo Becker. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.A.I.C.. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 025/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote nº 41, da Gleba 3, Parte 2, do imóvel da Colônia Boa Ventura, situado no Município de Pitanga, a Paulo Becker.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 019/96

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 009/96, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Paulo Becker, o lote nº 41, da Gleba 3, Parte 2, da Colônia Boa Ventura, situado no Município de Pitanga.

De acordo com o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta

Assembleia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a matéria, temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 25/96

P A R E C E R

Oriundo da Mensagem Governamental nº 009/96, o Projeto de Resolução 25/96 autoriza o Poder Executivo a alienar a Paulo Becker, o lote nº 41, da Gleba 3, Parte 2, da Colônia Boa Ventura, situado no Município de Pitanga, com área de 136,4098 hectares.

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou parecer favorável à sua aprovação, e apresentou o presente projeto de resolução.

Analisando a matéria, temos que a mesma encontra-se em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa de Leis.

Assim, manifestamos parecer favorável à normal tramitação do Projeto de Resolução nº 25/96.

Sala das Comissões, em 17.12.96.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente
IRINEU COLOMBO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sobre a mesa, Requerimento nº 093, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 094, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 095, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 096, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 103, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 104, de autoria do Senhor Deputado Duilio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 105, de autoria dos Senhores Deputados Valdir Rossoni, Caio Quintana, Nelson Garcia e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 107, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 097, 109 a 131, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/96
e dos Projetos de Resolução nºs 022 e 023/96.

Marco, ainda, uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 469/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 024 e 025/96.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/95
e dos Projetos de Resolução nºs 026 e 027/96.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO

SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANNIBELL, EM
SESSÃO DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 1997.

"De todas as prisões (2)"

Dom Lucas Moreira Neves
Gazeta do Povo

Louvados sejam os dotes pedagógicos do então jovem padre José Alves da Trindade, depois jovem bispo do Senhor do Bonfim (Bahia), mais tarde bispo de Montes Claros (Minas Gerais), onde hoje vive, como Emérito, o pôr-do-sol dos seus serenos 86 anos. No Seminário de Mariana, nos idos de 1942 e 43, ele ensinou tão bem a língua de Dante Alighieri e de Alessandro Manzoni a um adolescente seminarianista, entre outros, que, este, 30 anos mais tarde, chamado a morar e trabalhar na Itália, não precisou mais voltar à gramática italiana. Recordo o passado, grato ao padre Trindade por ter-nos iniciado nos segredos da língua fazendo-nos ler - será que ele se lembra ainda? - textos bem diferentes. De um lado, a edição de 12 de fevereiro de 1939 do Osservatore Romano com reportagens sobre a morte e os funerais do papa Pio XI. De outro lado, dois clássicos: o Cuore, de Edmondo De Amicis e Le mie prigioni, de Silvio Pellico.

Será por puro acaso que, bem mais tarde, achei-me mergulhado nas emoções da leitura de Memórias do Cárcere, de Graciliano Ramos e das tenebrosas Recordações da casa dos mortos de Fiodor Mikhailovitch Dostoievski? De prisões saíram também três conhecidas cartas do Apóstolo Paulo e outras de Inácio Antioquia.

Esses documentos, tão diversos do ponto de vista literário, político ou religioso-pastoral, com poucas ou nenhuma afinidade entre eles quanto ao estilo, aos objetivos e ao conteúdo, encontram-se na circunstância de serem escritos por prisioneiros. Quem os leu, guarda a impressão de semelhança e, ao mesmo tempo, de diferença entre as prisões do homem.

O lema da Campanha da Fraternidade-1997 (CF-97) fala dessas diferenças e tem a vantagem de ampliar consideravelmente o espectro proposto pelo tema dos encarcerados como sujeito-objeto de fraternidade. De fato, falar de um Cristo que liberta de todas as prisões é orientar a

reflexão para a existência de duas formas de prisões - a de grade de ferro e a que aprisiona o espírito - e portanto de duas formas de encarcerados. Deste modo o lema associa os encarcerados dos presídios, casas de detenção e penitenciárias a tantos outros que, gozando da liberdade de ir e vir, conhecem outra modalidade de prisão: somos todos encarcerados e por isso deve unir-vos uma forte fraternidade. O lema exprime também a idéia de que há uma afinidade e uma intenção entre as duas prisões: uma provoca e constrói a outra e a agrava. A Campanha da Igreja Católica, partindo de dados estatísticos e de informações fidedignas, fornecidas por órgãos governamentais, não-governamentais e privados, denuncia os males das prisões físicas: superlotação, morosidade no julgamento, alojamentos infra-humanos, atendimento médico precário, doenças, ociosidade, condições indignas da pessoa humana e, por isso mesmo, não educativas, nem regeneradoras.

A mesma Campanha tem sua originalidade em apontar os males da outra prisão, a de caráter moral e espiritual. O texto-base e outros textos (cantos litúrgicos para a Missa, meditações para as estações da Via Sacra, roteiros para círculos bíblicos, etc) citam exemplos das prisões morais e espirituais, tão numerosas e tão opressivas quanto as físicas. Exemplos apenas, pois não há possibilidade de citá-las todas.

Observadores, analistas e críticos sociais, psicólogos e antropólogos coincidem com os pastores e teólogos ao diagnosticarem todos, como um dos males principais da sociedade atual, apesar da alta sofisticação técnico-científica a que chegou, graves síndromes de medo e angústia diante do presente, insegurança e desespero perante o futuro próximo e remoto. Esta é uma perigosa prisão pois, se não paralisa, ao menos entrava fortemente a ação de indivíduos e de coletividades, tornando-a tensa e nervosa, desgastante e improdutiva.

É fruto desta situação, no plano do convívio social, uma atitude compulsiva, interior e logo exterior, de autodefesa e busca de salvação individual. Atitude que se torna, sem

demora, de egoísmo crispado e blindado e de difuso complexo de perseguição pela sensação de que o outro é, em todos os casos, um injusto agressor. Esta é, frequentemente, uma incomensurável prisão, superlotada já que abriga vastas faixas da sociedade. Por isso mesmo é uma prisão ameaçadora capaz de transformar profundamente a harmonia e o equilíbrio da sociedade e a própria convivência social.

A violência é também uma espécie de prisão. Ela acontece, quando as atitudes de egoísmo, de insegurança, de revolta contra a injustiça; de revanche, se confrontam, por um certo tempo velada e latente, a violência acaba por se externar sob a forma dos mais variados conflitos ideológicos, políticos, sociais, raciais, culturais. Indivíduos, grupos, coletividades de médias ou grandes proporções podem encontrar-se prisioneiros da violência e deixar-se arrastar inexoravelmente por ela.

É um tipo de prisão, enfim, o de crescer, de adquirir bem (riquezas,

poder, influência) a despeito de qualquer exigência ética e usando todos os meios que parecem eficazes para o objetivo visado. O fim ambicionado justifica esses meios. O nome claro desta prisão é corrupção. Ativa ou passiva, aparente ou disfarçada, é impossível de se detectar, a corrupção é um crime (e o crime, mesmo quando perfeito é sempre um crime) que, neste terreno, é inquietante que, em qualquer país e em qualquer setor da sociedade, os que agem como prisioneiros da corrupção, novamente se deixam prender pela outra prisão, a das grades de ferro.

Cristo - sua palavra viva, boa nova de salvação, sua lei é o amor, sua graça, sua Igreja, sua eucaristia e seus sacramentos - libera e todas essas prisões. Se o encarcerado quiser, pedir e aceitar o libertador e a libertação.

(Dom Lucas Moreira Neves
Cardeal Primaz do Paraná)